

Estudo qualitativo de reportagens acerca das venezuelanas refugiadas no Brasil

Emiko Yoshikawa Egry¹, Lucimara Fabiana Fornari¹, Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca¹ e Cibele Monteiro Macedo¹

¹ Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva da Universidade de São Paulo, Brasil. emiyegry@usp.br; lucimarafornari@usp.br; rmgsfon@usp.br; cibele.macedo@usp.br;

Resumo. Trata-se de um estudo qualitativo das notícias acerca das refugiadas venezuelanas em território brasileiro veiculadas pela mídia social brasileira e pelo organismo oficial para a proteção de refugiados. Estudo documental, exploratório e descritivo, de abordagem qualitativa, realizado em fevereiro de 2019, tendo como fonte de dados as reportagens publicadas no período de 01 de janeiro de 2018 a 23 de fevereiro de 2019. Foram selecionadas 45 reportagens e 66 imagens. O material foi submetido à análise de conteúdo temática e as imagens à categorização por temas, com o apoio do software webQDA. Das categorias empíricas surgidas na análise destaca-se o (des)acolhimento das mulheres e crianças. O Estado brasileiro, apesar de permitir a entrada dos venezuelanos refugiados no país, não conseguiu ainda mitigar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres e crianças. A metodologia qualitativa se mostrou potente para estudar o fenômeno em profundidade.

Palavras-chave: refugiadas venezuelanas; gênero; pesquisa qualitativa; mídia social; reportagens.

Título do artigo em inglês: A qualitative study of reports about Venezuelan refugees in Brazil

Abstract. This is a qualitative study of the reports about Venezuelan refugees in Brazilian territory transmitted by the Brazilian social media and by the official agency for the protection of refugees. A documentary, exploratory and descriptive study of a qualitative approach, carried out in February 2019, having as data source the reports published from January 1, 2018 to February 23, 2019. 45 reports and 66 published images were selected. The material was submitted to the analysis of thematic content and the images to the categorization by themes, with the support of webQDA software. From the empirical categories emerged in the analysis, the (dis) reception of women and children by the Brazilian State stands out. The Brazilian state, despite allowing the entry of Venezuelans refugees in the country, has not yet been able to mitigate the difficulties faced by women and children. The qualitative methodology has proved potent in studying the phenomenon in depth.

Keywords: venezuelan refugees; gender; qualitative research; social media; reports.

1 Introdução

A migração forçada é uma realidade cada vez mais presente no cenário internacional e envolve de maneira direta os direitos humanos. Segundo relatório publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) verificou-se o crescimento de 41% dos migrantes internacionais entre os anos de 2000 a 2015, totalizando 244 milhões de pessoas em deslocamento, sendo que 15 milhões são refugiados (Organização das Nações Unidas do Brasil, 2016).

Considera-se que o deslocamento forçado impacta a sociedade como um todo, mas principalmente mulheres, crianças, idosos, e particularmente os mais pobres, que passam a apresentar inúmeras vulnerabilidades, somadas àquelas que portavam no país de onde procedem. Dentre elas, as vulnerabilidades associadas ao gênero está relacionada às funções sociais das mulheres no que se refere ao enfrentamento das condições adversas vividas pela família, como é o caso da atenção à saúde, alimentação e educação (Montes, Rentería, López, & Páez, 2018).

A Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) aponta que, mulheres e crianças representam, ao menos, metade das pessoas migrantes no mundo, e afastadas de suas famílias e encontrando-se em situação de vulnerabilidade (UNCHR, 2014; UNFPA, 2015). Isso mostra o quanto as situações de refúgio potencializam as vulnerabilidades inclusive, as advindas da subalternidade de gênero e geração, às quais mulheres e crianças estão expostas cotidianamente (UNFPA, 2015).

Dessa forma, assegurar os direitos humanos, sobretudo das mulheres, e promover a equidade de gênero tem sido uma preocupação crescente na América Latina e no Caribe que, ao lado da Europa e América do Norte, são as regiões com as maiores proporções de mulheres migrantes. Dentre os marcos legais e políticos para assegurar o direito das mulheres, destaca-se a Estratégia de Montevidéu que trata do compromisso político e regional para implementação da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (ECLAC, 2013).

Nos últimos anos o Brasil tem recebido elevado número de venezuelanos, por conta da proximidade geográfica. A cidade de Picaraima, no estado de Roraima, tem sido a principal porta de entrada dos venezuelanos que têm abandonado seu país em decorrência da crise econômica e política que se agravou desde o ano de 2010 (Santos & Vasconcelos, 2016). O número de venezuelanos solicitantes de refúgio passou de 829, em 2015, para 3.368, em 2016, e 7.600 até junho de 2017 (Simões, Silva, & Oliveira, 2017).

Diante do exposto, este estudo teve como objetivos: a) compreender a realidade de vida das refugiadas venezuelanas, veiculadas em reportagens; b) explicitar as vantagens do uso da metodologia qualitativa para o estudo deste fenômeno. As questões norteadoras foram: a) qual a realidade noticiada pela mídia social brasileira e pelo Alto Comissariado para Refugiados da Organização das Nações Unidas? b) qual a importância da utilização de metodologia qualitativa para desvelamento deste fenômeno?

2 Metodologia

Trata-se de um estudo documental, exploratório e descritivo, de abordagem qualitativa, com base na Teoria de Intervenção Práxica de Enfermagem em Saúde Coletiva (TIPESC). A Teoria apresenta como bases filosóficas a historicidade e a dinamicidade. A partir dela é possível conhecer e interpretar a Realidade Objetiva, articulando os processos de produção e reprodução social dos diferentes grupos sociais (Egry, 1996).

Os dados foram constituídos por reportagens e imagens publicadas por meio eletrônico pela mídia social brasileira e pelo organismo oficial para a proteção de refugiados. Foram consultados dois portais nacionais de notícias, dois jornais de circulação nacional na versão *on-line*, duas organizações não-governamentais e um organismo oficial para a proteção de refugiados.

As reportagens e imagens foram publicadas no período de 01 de janeiro de 2018 a 23 de fevereiro de 2019, momento no qual a crise política da Venezuela se agravou e foram fechadas as fronteiras com o Brasil e a Colômbia. Inicialmente, realizou-se uma busca na internet para verificar de que modo as mulheres e crianças venezuelanas eram retratadas pelas diversas agências de notícias brasileiras. Posteriormente, foram elencados os critérios de elegibilidade dos textos e das imagens para a composição do *corpus* de análise da pesquisa.

A coleta dos dados foi realizada no mês de fevereiro de 2019. As autoras consultaram as sete páginas eletrônicas utilizando como descritor de pesquisa "mulheres venezuelanas". Foram selecionadas as reportagens e imagens que retratavam mulheres e crianças venezuelanas em situação de refúgio no Brasil. A partir da leitura do título foram selecionadas três reportagens das organizações não-governamentais, cinco reportagens dos jornais, 12 do organismo oficial para proteção de refugiados e 29 dos portais de notícias, totalizando 49 reportagens. Após a leitura dos textos na íntegra foram

excluídas duas reportagens duplicadas dos portais de notícias e uma reportagem de uma organização não-governamental, totalizando 45 reportagens, ao final.

A seleção das imagens foi realizada nas mesmas 45 reportagens. Foram identificadas 33 fotografias nos portais de notícias, 24 no organismo oficial para proteção de refugiados, seis nos jornais e três nas organizações não-governamentais, totalizando 66 imagens que retratavam mulheres e crianças venezuelanas refugiadas no Brasil.

No primeiro momento de tratamento dos dados, as pesquisadoras realizaram a leitura e a interpretação dos textos e das imagens selecionadas. A partir deste processo associado às categorias analíticas emergiu a categoria empírica apresentada nesta pesquisa. Em seguida, os textos e as imagens foram codificados de acordo com a categoria empírica por duas pesquisadoras independentes. Para cada pesquisadora foi determinada uma cor. Posteriormente, as codificações divergentes, ou seja, aquelas que apresentaram marcações distintas nos textos e nas imagens, foram discutidas e validadas pelas autoras da pesquisa. Destaca-se que os textos selecionados foram submetidos à análise de conteúdo temática (Bardin, 2011) e as imagens foram tematizadas segundo conteúdo explícito.

A análise dos textos e das imagens foi apoiada pelo *software* de análise qualitativa webQDA (Costa, Moreira, & Souza, 2019). A utilização dessa ferramenta permitiu a importação dos textos e das imagens através do Sistema de Fontes Internas, a emergência das categorias empíricas ocorreu por meio do Sistema de Codificação e a ampliação da análise dos dados foi realizada a partir do Sistema de Questionamento. O *software* potencializou a organização dos dados e o trabalho colaborativo.

Destaca-se que a análise para a compreensão do objeto foi realizada a partir das categorias analíticas de gênero, geração e etnia (Egry, Fonseca, & Oliveira, 2013).

Adotou-se o termo *reportagem* para identificar todos os textos publicados nas páginas eletrônicas. Os trechos e as imagens reproduzidos neste manuscrito foram identificados com as letras: J (jornais), PN (portal de notícias), ONG (organização não-governamental) e OF (organismo oficial para refugiados), representando o tipo de página eletrônica da qual foram destacados, seguidas de algarismo arábico para identificar sua sequência.

A pesquisa dispensou apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que foram utilizados textos e imagens de páginas eletrônicas disponibilizadas publicamente e com livre acesso à informação.

3 Resultado e discussão

Os resultados serão apresentados em tópicos. No primeiro é feita uma breve caracterização das reportagens e imagens selecionadas. Em seguida, é feita a descrição e análise da categoria empírica emergente: “O (des)acolhimento das mulheres e crianças venezuelanas pelo Estado brasileiro”. Salienta-se que o estudo encontra-se em andamento e, por isso, neste texto, será relatada e discutida apenas uma categoria empírica.

3.1 Caracterização das reportagens e imagens selecionadas

A tabela 1 mostra o número de fontes de acordo com o tipo de página eletrônica consultada, resultante da classificação de todas as reportagens e imagens inseridas no Sistema de Fontes do software webQDA. Os portais de notícias veicularam maior número de texto e imagens, seguidos pelo organismo oficial. As duas organizações não-governamentais apresentaram menor número de fontes analisadas na pesquisa.

Tabela 1. Número de fontes de acordo com o tipo de página eletrônica consultada.

Página eletrônica	Texto	Imagem
Portal de notícias	26	33
Jornal	05	06
Organismo oficial	12	24
Organização não-governamental	02	03
Total	45	66

3.2 O (des)acolhimento das mulheres e crianças venezuelanas pelo Estado brasileiro

Os textos e as imagens, selecionados por meio da página eletrônica do organismo oficial de proteção aos refugiados, destacam ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro e as organizações internacionais ligadas aos direitos humanos. Elas visam garantir à população venezuelana que busca abrigo no território brasileiro acesso à alimentação, à água potável, ao atendimento psicossocial e à segurança.

“O ACNUR [Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados] atua no norte do Brasil, oferecendo serviços de registro e informação, abrigamento e proteção para famílias venezuelanas em situação de vulnerabilidade, apoiando o Governo Federal. Muitas vezes, a ajuda prestada salva vidas. Atualmente mais de 6 mil venezuelanos moram nos abrigos apoiados pelo ACNUR e parceiros, como UNFPA [Fundo de População das Nações Unidas], ONU Mulheres e Unicef, onde têm acesso à alimentação, água potável, atendimento psicossocial e espaços seguros para crianças.” (Texto OF1)

Dentre as atividades oferecidas às mulheres venezuelanas, evidenciaram-se oficinas de costura, gastronomia e dança, relacionadas ao fazer historicamente das mulheres. Desta forma, acabam por reforçar os estereótipos de feminilidade e o locus de atuação das mulheres como restrito ao espaço da casa e da família. Em relação às crianças, constataram-se atividades de alfabetização, atendimento psicopedagógico e oficinas de música.

A imagem OF3 retrata um grupo de mulheres venezuelanas participando de uma oficina de costura. Observa-se que a atividade é promovida pelo Alto Comissionado das Nações Unidas para Refugiados, uma vez que a dinamizadora responsável pela orientação das participantes se encontra uniformizada.

*Imagen OF3*

As reportagens também descrevem e ilustram situações de violação dos direitos humanos das mulheres e crianças venezuelanas. A entrada no Brasil demanda emissão de documentos para aquisição de residências temporárias e acesso a serviços de bem-estar. O fato de não portarem documentos identificatórios, tais como passaportes, gera medo de ter que retornar à Venezuela, além de dificultar o atendimento nos serviços públicos brasileiros.

“No caso dela, a condição de imigrante ainda trouxe outro receio: o de ser deportada caso busque um serviço de saúde para o acompanhamento da gravidez. ‘Preciso começar o pré-natal porque não fiz nenhum exame ainda, mas tenho medo de procurar um hospital e descobrirem que não tenho documentação correta’, diz ela.” (Texto J3)

Segundo relatório sobre o perfil sócio demográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil, 38,9% dos venezuelanos tiveram acesso aos serviços de saúde, 10,4% aos serviços educacionais e 2,2% aos serviços de assistência social. Além disso, salienta-se que 7,1% se encontram sem documentação no Brasil, 22,8% possuem carteira de trabalho e 29% Cadastro de Pessoa Física (Simões et al., 2017).

Além da dificuldade para aquisição dos documentos necessários para permanência no Brasil, também se verificam limitações associadas à distribuição dos alimentos. A imagem J5 mostra um aglomerado de homens, mulheres e crianças venezuelanas na porta de entrada de um serviço, aguardando para retirar a refeição diária.



Imagen J5

Estatísticas internacionais e manchetes dos meios de comunicação evidenciam que apesar da existência de leis, políticas e instrumentos internacionais de proteção e ratificação de direito das mulheres há décadas, ainda não foram suficientes para “eliminar a discriminação e garantir a igualdade de gênero” (Araújo, 2013, p. 312). As mulheres ainda são tidas como agentes passivos e não como atores sociais do processo de migração (Morales, 2007), ficando em posição de invisibilidade e dependência dos homens (Lisboa, 2006).

Além disso, estudo de revisão da literatura verificou que o modo de vida das comunidades refugiadas é responsável por desencadear diversas formas de violência baseada no gênero às quais, historicamente, as mulheres estão mais expostas que os homens. A revisão apontou que para a

prevenção das violações são necessárias estratégias que visem ao empoderamento e envolvimento das mulheres, assim como a transformação e sensibilização a respeito dos aspectos culturais (Robbers & Morgan, 2017).

Revisão sistemática realizada com estudos sobre jovens mulheres e meninas migrantes na África verificou que, apesar dos esforços de organismos oficiais e ONG, é inexistente ou incipiente o amparo dado a elas, relativamente à saúde reprodutiva (Ivanova, Rai, & Kemigisha, 2018).

Isto tem sido alvo de estratégias criadas pela ACNUR, que dedica esforços para a prevenção contra a violência sofrida por mulheres e crianças. Estas iniciativas são importantes, na medida em que os dados apontam que mulheres e crianças representam ao menos metade dos migrantes em todo mundo e sofrem, tanto com a violência estatal como com a não estatal (UNFPA, 2015).

Alcançar a equidade de gênero e empoderar as mulheres e meninas é a forma como o Brasil tem mostrado seu compromisso com o estabelecimento na Estratégia de Montevidéu e à Agenda 2030 que, propõe, dentre seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o da igualdade de gênero (ODS 5). O documento brasileiro de acompanhamento da Agenda 2030 também destaca que as metas propostas serão alcançadas mediante o investimento na realização de pesquisas com a interface para a violência de gênero considerando sexo, raça ou cor e etnia, por exemplo (Organização das Nações Unidas do Brasil, 2016).

Estudos de abordagem qualitativa, como o presente, são imprescindíveis para explorar em profundidade as percepções da mídia brasileira social e oficial acerca da vida das mulheres venezuelanas que buscam abrigo no Brasil, pois desvelam características e especificidades do fenômeno da migração que os estudos quantitativos têm pouca potência para desvelar.

Recorrer às categorias analíticas gênero, geração e etnia, podem trazer luz a fenômenos que, apesar de ocorrerem com grupos sociais de uma maneira em geral, podem identificar e desuniversalizar as necessidades de grupos específicos, a partir das suas vulnerabilidades também específicas.

Com respeito à desgenerificação, que é a retirada ou omissão da característica intrínseca do ser humano portador do “lugar de gênero” em muitas das sociedades atuais, constatou-se que o organismo oficial de proteção a mulheres e crianças refugiadas foi pouco crítico em relação à subalternidade das mulheres. As reportagens reforçaram estereótipos naturalizados de comportamento das mulheres, mas que de fato são situações cotidianas da condição feminina, como foi possível evidenciar na imagem OF3.

A quantificação pode revelar o volume dos problemas enfrentados pelas mulheres e crianças migrantes, mas pouco ou nada consegue mostrar a face da realidade na qual afloram os sentimentos de sofrimento e desolação. O mesmo ocorre em relação aos relatos de violações dos direitos humanos. Os textos e as imagens, entretanto, revelam a dureza da realidade que fragiliza duplamente mulheres e crianças venezuelanas que procuram a fronteira brasileira para ter acesso a condições ainda que mínimas de subsistência e segurança. A dupla fragilização está em somar à condição de migrante as dificuldades decorrentes da própria busca de melhores condições de vida.

Analizar a migração feminina sob as perspectivas de gênero e geração significa “trabalhar com o reconhecimento de que, na hierarquia de poderes presente na sociedade, a mulher e a criança sempre ocuparam posições sociais inferiores, sofrendo injustiça social, em virtude das desigualdades construídas e naturalizadas historicamente” (Egry et al., 2013, p. 130).

É preciso reconhecer que as diferenças entre homens e mulheres não são puramente biológicas, mas construções sociais pautada em relações de poder, nas quais geralmente ocupam lugares de subalternidade. Compreender que mulheres e crianças são sujeitos de direitos as reconhece como alvos privilegiados de ações, políticas e estratégias capazes de superar as dificuldades e transformar a realidade desse grupo social.

4 Conclusões

Os relatos veiculados pela mídia imprensa, em que pese a desgenerificação, apresentam a realidade de sofrimento, temor e falta de condições mínimas de mulheres e crianças para levar uma vida digna no país para onde migram. De outro lado, os relatos dos organismos de proteção dão destaque a experiência exitosas envolvendo a qualificação das mulheres para ocupações, em geral tipicamente femininas e subalternas, como trabalhadoras domésticas e do ramo alimentício.

Isto demonstra que, apesar do acolhimento dos refugiados venezuelanos, o Estado brasileiro ainda não conseguiu mitigar as dificuldades enfrentadas por tais sujeitos sociais, especialmente oferecendo-lhes oportunidades concretas de emancipação, por meio de acolhimento digno e educação qualificada, por exemplo. Por isto, concretamente oferecem pouca proteção contra a violência e a negligência.

As vantagens de abordar o fenômeno pela via da pesquisa qualitativa, na perspectiva de gênero e geração, permite aprofundar o conhecimento sobre vulnerabilidades específicas de grupos sociais de minoria de poder, como mulheres e crianças. Os estudos sobre a vida das pessoas no cotidiano exigem metodologias potentes para desvelar sua determinação histórico-social. Por isso mesmo, são pesquisas datadas, contextualizadas e que oferecem argumentos que possibilitam questionar as políticas e as práticas de acolhimento, neste caso, dos refugiados.

Referências

- Araújo, M. M. (2013). A proteção das mulheres: direitos com força normativa ou simbólica? In L. L. Jubilut (Org.), *Direito à diferença: aspectos de proteção específica às minorias e aos grupos vulneráveis* (p. 311–315). São Paulo: Saraiva.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Costa, A. P., Moreira, A., & Souza, F. N. de. (2019). webQDA - Qualitative Data Analysis. Aveiro: MicrolO and University of Aveiro.
- ECLAC. (2013). *Montevideo Consensus on Population and Development*. Montevideo: ECLAC. Recuperado de https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/21860/15/S20131039_en.pdf
- Egry, E. Y. (1996). *Saúde Coletiva: Construindo um novo método em enfermagem*. São Paulo: Cone Editora.
- Egry, E. Y., Fonseca, R. M. G. S. da, & Oliveira, M. A. de C. (2013). Science, Public Health and Nursing: highlighting the gender and generation categories in the episteme of praxis. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 66(spe), 119–133. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000700016>
- Ivanova, O., Rai, M., & Kemigisha, E. (2018). A Systematic Review of Sexual and Reproductive Health Knowledge, Experiences and Access to Services among Refugee, Migrant and Displaced Girls and Young Women in Africa. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 15(8), 1583. <https://doi.org/10.3390/ijerph15081583>
- Lisboa, T. K. (2006). Gênero e migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. *REMHU - revista interdisciplinar da mobilidade humana*, XIV(26 e 27), 151–166.
- Montes, M. C. G., Rentería, L. E. L., López, M. O. G., & Páez, L. V. (2018). Desplazamiento forzado y

- género. *I Congresso Internacional de Género*, (105), 70–75.
- Morales, O. W. (2007). La Migración De Las Mujeres ¿Un Proyecto? *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 15(2007), 23–47.
- Organização da Nações Unidas do Brasil. (2016). Número de migrantes internacionais chega a cerca de 244 milhões, revela ONU. Recuperado 4 de março de 2019, de <https://nacoesunidas.org/numero-de-migrantes-internacionais-chega-a-cerca-de-244-milhoes-revela-onu/>
- Robbers, G. M. L., & Morgan, A. (2017). Programme potential for the prevention of and response to sexual violence among female refugees: a literature review. *Reproductive Health Matters*, 25(51), 69–89. <https://doi.org/10.1080/09688080.2017.1401893>
- Santos, F. N. Z. P., & Vasconcelos, T. M. (2016). Venezuelanos no Brasil: da crise econômica para a crise política e midiática. In *XVII Encontro de História da Anpuh-Rio* (p. 1–16). Nova Iguaçu.
- Simões, G. da F., Silva, L. C., & Oliveira, A. T. R. (2017). Perfil sociodemográfico e laboral dos venezuelanos em Boa Vista. In G. da F. Simões (Org.), *Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil* (p. 21–48). Curitiba: CRV. <https://doi.org/10.24824/978854441997.7>
- UNCHR. (2014). Statistical Yearbook 2014. Recuperado 4 de março de 2019, de <https://www.unhcr.org/56655f4c16.html>
- UNFPA. (2015). *State of the world population 2015*. (Richard Kollodge, Org.). New York: United Nations Population Found.